

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS
RUA AFONSO PENA Nº 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO nº 34/2024

PROCESSO 61/2024 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2024

I - EMENTA

Direito administrativo. Contratação de empresa especializada para fornecimento de subscrição(assinatura) de licença para a solução antivírus corporativo, para atender as necessidades administrativas do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência. Dispensa de licitação. Lei 14.133/21.

II– DOS FATOS

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, que requer parecer jurídico relativo à regularidade do processo de dispensa com fundamento na Lei Federal 14.133/2021 e na Resolução CONIMS nº 109/2023.

III- RELATÓRIO

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Justificativa da demanda – evento 02
- 02) Aviso de abertura de contratação por dispensa - evento 03
- 03) Aviso de dispensa e publicações– evento 04/05
- 04) Solicitação de contratação – evento 6.1
- 05) Memorando TI – evento 07
- 06) Retificação do aviso de contratação – evento 8.1
- 07) Cesta de preços – eventos 10
- 08) Solicitação final de contratação – evento 11
- 09) Documentos da empresa – evento 12
- 10) Ato de nomeação de comissão especial – evento 13
- 11) Justificativa e termo de referência – evento 14
- 12) Minuta de Contrato – evento 16
- 13) Parecer Contábil – evento 17
- 14) Ata de reunião e julgamento – evento 18
- 15) Solicitação de Parecer Jurídico – evento 19

É o relatório

IV– DO PARECER

Trata-se de pedido de contratação de empresa especializada em Contratação de empresa especializada para fornecimento de subscrição(assinatura) de licença para a solução antivírus

corporativo, para atender as necessidades administrativas do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, conforme descritivo técnico de lavra do Encarregado do Setor de TI do Consórcio.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir os agentes de contratação e agentes da alta administração no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133/2021¹, que rege a presente contratação direta, bem como as Resoluções CONIMS que versam sobre o tema.

Importante destacar que, na forma do artigo 22² da Resolução CONIMS nº 60/2023, a análise jurídica da futura contratação, não abrange os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade, além da necessidade da contratação e a delimitação do objeto para a sua satisfação.

Quanto ao objeto, deve-se acrescentar ao processo a necessidade da sua contratação, a indicação como melhor saída mercadológica, a razão pela qual não foi elaborado ETP e se o fornecimento se enquadra como de natureza e uso contínuo, a fim de atrair o disposto no artigo 106 da lei 14.133/21.

Ainda, por analogia à recente Nota Técnica AUDI/TI nº 08/2023, emitida pelo TCU, que exige que nas aquisições de materiais de informática deve haver a análise da solução como um todo, a fim de se certificar que a tecnologia contratada está apta a se comunicar com outras ferramentas tecnológicas utilizadas no CONIMS, sugere-se a manifestação do Setor técnico (TI) para que registre nos autos a adequação do descritivo do objeto, dos requisitos técnicos de habilitação e da sua interligação com a estrutura atualmente adotada no CONIMS.

Conforme consta da referida Nota Técnica:

“Dessa forma, na análise da economicidade, é feita uma avaliação da relação custo-benefício da solução a contratar, sopesando o gasto necessário para implantá-la com os resultados que se esperam com essa implantação, que devem levar ao atendimento da necessidade de negócio que desencadeou a contratação, que, por sua vez, deve estar atrelado ao interesse público envolvido. Assim, não basta que o valor estimado da contratação esteja de acordo com preços de mercado ou mais baixo do que alguma

¹ Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

² Art. 22 As manifestações da assessoria jurídica, sempre por escrito, serão restritas aos aspectos jurídicos dos expedientes e dos documentos submetidos à análise, não alcançando questões relacionadas ao objeto, as condições de fornecimento, ao valor das contratações e à conveniência e oportunidade da abertura e homologação do certame, bem como questões de ordem técnica diversa ou atos de gestão.

Parágrafo Único. Os pareceres jurídicos **não têm caráter vinculante**, cabendo, no entanto, a indicação expressa das ressalvas de natureza jurídica.

alternativa analisada no ETP se não houver a expectativa de que a necessidade de negócio que desencadeou a contratação seja atendida. Também não basta que a necessidade seja atendida, se os resultados esperados não forem compatíveis com os valores a desembolsar ao longo do contrato. Em conclusão, é necessário elaborar o orçamento estimado durante a elaboração do ETP para que se possa avaliar, adequadamente, a viabilidade da contratação (Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso IX, alínea “f”; IN - Seges/ME 40/2020, art. 7º, incisos V, VI e XIII no âmbito da Lei 8.666/1993; IN - Seges/ME 58/2022, art. 9º, incisos V, VI e XIII no âmbito da Lei 14.133/2021; e Lei 14.133/2021, art. 18, inciso IV, § 1º, incisos IV e VI, art. 23, §§ 1º a 4º, art. 40, inciso I).”

Superado esse ponto, no aspecto formal da dispensa propriamente dita, consta ter havido publicação prévia de Aviso no sítio oficial do CONIMS em período compatível com a normativa aplicável, na forma da Resolução CONIMS 109/23:

Art. 2º É dispensável a licitação no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, nos termos do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, em especial mas não somente:

(...)

*§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão **preferencialmente** precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, justificada a sua impossibilidade, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter **propostas adicionais** de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.*

Consta do feito pesquisa de preços, que além dos orçamentos obtidos pela via do aviso, há indicação de valores de outras compras públicas e até mesmo desse CONIMS nas contratações anteriores. A empresa interessada indicada no contrato foi quem apresentou o menor valor para todos os itens, o qual foi considerável muito inferior aos demais obtidos, em razão do que se afastou a prerrogativa das micro e pequenas empresas, na forma do item 6.1 do Termo de Referência, na forma da Lei Complementar 123/2006.

Consta que o critério para justificativa da dispensa de licitação é o do valor, observada a dobra no caso de consórcios públicos e as atualizações desse montante por normativa federal³ na forma do artigo 72 e 75, II da Lei 14.133/21, além de registro expresso de que esta contratação não viola o disposto no §1º deste :

“Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

(...)

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

³ Conforme Decreto Federal nº 11.871/2023, o valor atual para contratação pelos Consórcios Públicos é de 2X R\$ 59.906,02 = R\$ 119.812,04.

- I - o somatório do que for despendido **no exercício financeiro** pela respectiva unidade gestora;*
*II - o somatório da despesa realizada **com objetos de mesma natureza**, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.*
*§ 2º Os valores referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.”*

Consta a informação de existência de dotação orçamentária para o custeio da despesa proveniente da contratação proposta, documentos quanto às condições para a contratação e **minuta do instrumento contratual** aplicável à espécie.

Quanto à minuta do Contrato, há ressalva quanto à cláusula sexta – prazo de vigência:

- a) deve-se indicar, ao menos no TR, a razão para que o prazo seja de 3 (três) anos;
- b) deve-se fazer constar o disposto no artigo 106 da lei 14.133/21, e somente após expresse enquadramento do objeto como de natureza contínua, pelo TI:

*Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo **de até 5 (cinco) anos** nas hipóteses de serviços e fornecimentos **contínuos**, observadas as seguintes diretrizes:*

- I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante **deverá atestar a maior vantagem econômica** vislumbrada em razão da contratação plurianual;*
- II - a Administração deverá atestar, **no início da contratação e de cada exercício**, a existência de **créditos orçamentários** vinculados à **contratação e a vantagem em sua manutenção**;*
- III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

*§ 1º A extinção mencionada no inciso III do **caput** deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.*

*§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à **utilização de programas de informática**.”*

Se atendidos os pontos anteriores, pode-se considerar adequada a indicação do participante interessado com menor valor para a contratação, com a sugestão que, além da verificação da regularidade da sociedade, também se verifique haver restrição à contratação do seu sócio majoritário, junto aos cadastros indicados (Tribunais de Contas, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União, Consulta Licitantes Inidôneos – mantido pelo Tribunal de Contas da União e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)).

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, s.m.j, a contratação direta através de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, II da Lei 14.133/21, é possível se observadas as regras de publicidade no PNCP e no sítio oficial deste CONIMS, bem como ponderadas as ressalvas deste parecer.

Para consideração superior.

Pato Branco, 03 de abril de 2024.

Maria Cecília Soares Vannucchi
OAB/PR 35.313